

28/12/2017 às 05h00

Feliz 54!

Por José Eli da Veiga



O atual calendário demandou uns 300 anos para ser mundialmente adotado, em processo de legitimação que começou em nações católicas da Europa, lideradas por Espanha, Itália, Polônia e Portugal. Em 1700 chegou à Baviera, Prússia e outras áreas do que hoje é a Alemanha, e meio século depois foi aceito pela Inglaterra, País de Gales e Escócia. Mas pela China

só em 1912, Rússia em 1918, Grécia em 1923 e Turquia em 1926.

Não deixa de ser esquisita essa globalização de uma cronologia que começa com o suposto ano do nascimento de Cristo. Todas as civilizações acabaram por aderir a uma divisão do tempo que resulta de toscas estimativas baseadas em textos bíblicos, feitas há quinze séculos pelo monge Dionísio, o Exíguo. E, ironicamente, a coexistência de algumas das cronologias concorrentes - como a chinesa, a japonesa, a judaica e a islâmica - se restringe ao âmbito religioso.

Trata-se de um fenômeno exemplar para reflexões sobre a evolução das instituições. Mas neste estertor do oficial 2017 d.C., é bem mais oportuno lembrar o quanto pode ser diferente qualquer cronologia que resulte de pesquisas científicas em que a história da humanidade esteja devidamente embutida no conjunto da natureza. Já se sabe que civilizações só puderam começar a engatinhar há cerca de 11.718 anos. Com ínfima margem de erro de 99 anos, foi esse o período em que uma razoável estabilidade climática começou a viabilizar práticas agropecuárias que levaram à paulatina redução de sistemas de sobrevivência extrativistas baseados em caça, coleta e pesca, autorizando aumentos das densidades populacionais.

Todas as civilizações aderiram à divisão do tempo que resulta de toscas estimativas com base em textos bíblicos

Bem mais relevante, porém, é a ruptura desse histórico padrão climático devido a impactos das atividades humanas com forte interferência na própria regulação global dos ecossistemas. Não foi outra a constatação que gerou os ainda inconclusivos debates científicos sobre o

advento do Antropoceno, denominação proposta para uma nova Época, subsequente aos quase doze milênios do comedido Holoceno.

A explícita intenção dos que desde 2000 se empenham para que tal mudança de Épocas seja adotada por todas as ciências é que se estabeleça com clareza o início da preponderância da humanidade na dinâmica do que consideram ser o Sistema Terra ("Earth System"). Não demorou, contudo, para que sentidos bem diversos fossem atribuídos ao termo Antropoceno. E um dos que mais desvirtuam a ideia inicial é justamente o que mais está sendo popularizado pelo best-seller "Homo Deus", do jovem historiador israelense Yuval Noah Harari.

Nesse livro, em vez de nova Época, o Antropoceno surge como toda "a era da humanidade", que para o autor abrange os setenta milênios desde que "o Homo sapiens reescreveu as regras do jogo" (p. 81). Mas é bom que se saiba que tamanha distorção não ocorre apenas em trabalhos que abusam da licenciosidade poética. Mesmo que só se considerem sugestões de datação feitas por cientistas, há duas abordagens bem distantes daquela que levou o prêmio Nobel Paul Crutzen a provocar esse debate.



José Eli da Veiga

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP). Por trinta anos (1983-2012) foi docente do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), onde obteve o título de professor titular em 1996. Tem 25 livros publicados, entre os quais: Para entender o desenvolvimento sustentável (2015), A desgovernança mundial da sustentabilidade (2013), ambos pela Editora 34. Fale com José Eli

Mensagens dos leitores

Educação

Em 2001 o ensino fundamental no país foi universalizado. Decorridos 16 anos nos deparamos com um verdadeiro quadro de horror: 7,2% da população de 15 anos ou mais é analfabeta, o que representa 11,8 milhões de pessoas, segundo reportagem publicada no Valor no dia 22 de dezembro (página A5). Isso demonstra o fracasso de uma política educacional,...

28/12/2017 às 05h00 - Dirceu Luiz Natal -

Supremo

O triste espetáculo de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, estar desacreditado por praticamente toda a sociedade brasileira que o remunera regamente e que pede em troca uma Justiça sem favorecimentos - o que não tem sido a marca do referido magistrado em relação a determinados condenados por corrupção - é certamente único em...

Como Harari, essas duas tendências científicas divergentes também não concebem o Antropoceno como um fenômeno vinculado a uma recente ruptura na ecossistêmica global. Uma aponta para qualquer discernível influência humana na alteração da biodiversidade, mesmo que a escala de tais impactos ecossistêmicos tenha sido minúscula. Já a outra ressalta casos de influência global, mas não-contemporâneos, documentados por antigas variações das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

Para o primeira dessas duas correntes discrepantes, o fenômeno pode ser até bem mais antigo do que o sugerido pela poesia de Harari, já que poderia recuar até a descoberta do fogo pelo Homo erectus, há quase dois milhões de anos. Para a segunda, os eventos mais relevantes estariam relacionados às migrações do Homo sapiens que levaram a extinções de megafauna, a expansões da agricultura e da mineração, ou mesmo à conquista europeia das Américas.

Entre os cientistas que preferem a ideia original - de Antropoceno como Época posterior ao Holoceno - um amadurecimento da reflexão coletiva trouxe novo consenso sobre a datação. É que a virada mais relevante não foi a Revolução Industrial, como pensou Crutzen, mas sim a chamada Grande Aceleração de meados do século passado, muito bem descrita pelos historiadores J. R. McNeill e Peter Engelke no livro "The Great Acceleration" (Harvard, 2014).

Para que o advento do Antropoceno venha a ser legitimado pelo próximo congresso mundial de geociências, em 2020, será necessário que qualquer proposta esteja firmemente apoiada em evidência estratigráfica que justifique a ocorrência de uma mudança de Épocas. Isto é, um "golden spike", o amigável apelido do acrônimo GSSP ("Global Boundary Stratotype Section and Point"). E tudo leva a prever que o candidato favorito seja o pico dos sinais radioativos deixados por testes nucleares atmosféricos, em 1964.

É nesse sentido que os leitores devem receber os votos de que venha a ser o melhor possível o ano 54 do Antropoceno.

José Eli da Veiga tornou-se professor sênior do IEE/USP (Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo) após trinta anos de docência no Departamento de Economia da FEA-USP (1983-2012). Mantém dois sites: www.zeeli.pro.br e www.sustentaculos.pro.br


Compartilhar 0 Tweet Share G+ 

28/12/2017 às 05h00 - Paulo Roberto Gotaç -

Ver todas | Envie sua mensagem

Opinião

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Feliz 54! 
05h00

A política fiscal em três atos 
05h01

O lado carnoso da mudança do clima 
05h01

Maduro aperta o cerco aos partidos de oposição 
05h00

Ver todas as notícias

Videos



Meirelles busca diluir preocupação com velocidade da retomada da economia
07/04/2017